



PODER LEGISLATIVO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

PALÁCIO JOSÉ ANTERO

PARECER Nº \_\_\_\_/2025

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Assunto:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO nº 55 de 2025

**Parte interessada:** Vereador Professor Nelson

## **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 55/2025 (Institui o Dia Municipal do Quadrilheiro Junino), que institui, no calendário de eventos culturais do Município, o "Dia Municipal do Quadrilheiro Junino", a ser comemorado anualmente em 27 de junho, vem a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Designado como Relator, passo a analisar o Projeto de Lei com fundamento no art. 30, I, da Constituição Federal de 1988; nos arts. 8º e 12 da Lei Orgânica do Município de Porto Grande; e nos arts. 52 e 80 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Grande.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Sob o aspecto constitucional, verifica-se que a matéria insere-se na competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal de 1988, por tratar-se de assunto de interesse local, ligado à organização de políticas públicas e serviços de interesse direto da comunidade municipal, in verbis:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

No âmbito da legislação local, a Lei Orgânica do Município de Porto Grande atribui competência à Câmara Municipal para deliberar sobre matérias de interesse do Município, inclusive nas áreas de políticas públicas, organização de serviços e proteção de direitos fundamentais, conforme dispõe o art. 12, II e III:

*Art. 12. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre as matérias de interesse do Município, especialmente:*

*II – proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, paisagens naturais e sítios arqueológicos do Município;*

*III – educação, cultura, esporte, lazer, ciência, inovação, tecnologia e pesquisa.*

No tocante à compatibilidade material, a instituição de data comemorativa ligada às quadrilhas juninas insere-se na política municipal de cultura, valorização das manifestações populares e proteção do patrimônio cultural, em consonância com o art. 115 da Lei Orgânica do Município:



## PODER LEGISLATIVO

# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

PALÁCIO JOSÉ ANTERO

*Art. 115. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade, definidas em lei que estabelece o plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Município.*

*Parágrafo único. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para a cultura do Município e para os diferentes segmentos étnicos que compõem a comunidade local.*

Quanto à regimentalidade, observa-se que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final é o órgão técnico competente para se manifestar sobre os aspectos constitucionais, legais e de redação das proposições, nos termos dos arts. 52 e 80 do Regimento Interno:

*Art. 52. As Comissões Permanentes incumbem estudar as Proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.*

*Parágrafo único: As Comissões Permanentes são as seguintes:  
I – De Legislação, Justiça e Redação Final;*

*Art. 80. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucionais e legais e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógicos e gramaticais, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.*

Dessa forma, não se identificam vícios de constitucionalidade ou de legalidade, tampouco afronta às normas regimentais, mostrando-se o projeto adequado sob os aspectos jurídico e técnico-legislativo.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, analisados os aspectos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e redação do Projeto de Lei nº 55/2025 (Institui o Dia Municipal do Quadrilheiro Junino), esta Relatoria manifesta-se pela **APROVAÇÃO** da proposição, devendo o Projeto seguir sua regular tramitação.

É o parecer.

Porto Grande-AP, em 17 de novembro de 2025.

**JAIRISON ATAÍDE VALES**

**Vereador Conjaki**

**Relator**








### III – DECISÃO DA COMISSÃO


Lido e analisado o relatório pelos demais membros, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final decide **APROVÁ-LO**, nos termos do art. 74, caput, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Grande, sendo este o parecer.

### É A DECISÃO DA COMISSÃO

Porto Grande-AP, em 17 de novembro de 2025.

  
REGIANE DA SILVA PEREIRA  
Presidente

  
JAIRISON ATAÍDE VALES  
Vereador Conjaki  
Relator

  
ELIZA GAMA DA SILVA  
Membro

